

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE REFERÊNCIA EM OLINDA**

Maria Eduarda Ramos dos Prazeres

*FOCCA – FACULDADE DE OLINDA  
mariaerprazeres@gmail.com*

### **1 INTRODUÇÃO**

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Organização das Nações Unidas (ONU), em Jomtien, Tailândia, promoveu em março de 1990 a “Conferência Mundial sobre Educação pra Todos”. A emergência de rever os métodos de ensino-aprendizado foi o foco da conferência: os participantes, de forma coletiva, produziram a “Declaração sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”, onde a discussão ficou entorno da reestruturação dos sistemas de ensino, considerando o avanço na transmissão de informações, até então nunca vista e, a projeção de um novo modelo educacional para um novo século (UNESCO, 1990). A satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, dar-se-á através da instrumentalização dos alunos: desenvolvimento da leitura/escrita, expressão oral, bem como a revisão dos conteúdos básicos, incluindo conhecimentos, habilidades e valores. Assim, a declaração direciona aos interessados no desenvolvimento da educação:

Confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural, linguística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio-ambiente(...) (UNESCO, 1990 p. 3).

A mesma ONU, dois anos após a Declaração de Jomtien, realizou no Rio de Janeiro em 1992 a “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, saudando a necessidade do enfrentamento das problemáticas ambientais que, ligadas ao comportamento de superprodução e superconsumo, impede o desenvolvimento de sociedades sustentáveis (AGENDA 21, 1995). Com o fim de direcionar os países a executarem ações que promovam o desenvolvimento sustentável, criou-se a Agenda 21. No capítulo 36 da referida agenda, nomeado “Promoção do ensino, conscientização e treinamento” objetiva o acesso à educação ambiental em todos os níveis de ensino, bem como atribui às autoridades educacionais de cada país a responsabilidade de subsidiar escolas no desenvolvimento de projetos, programas, atividades sobre meio ambiente, assim, mostrando que a participação da

comunidade escolar é de extrema importância para o alcance de resultados concretos, isto é, “os Governos devem procurar atualizar ou preparar estratégias destinadas a integrar meio ambiente e desenvolvimento como tema interdisciplinar ao ensino de todos os níveis nos próximos três anos” (AGENDA 21, 1995 p, 431).

Em paralelo à conferência Rio 92, o Fórum Global das Organizações Não-Governamentais, em seu documento “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” ratificou em seus princípios uma educação ambiental crítica e inovadora, a fim de promover uma visão holística integrando homem, natureza e universo de forma interdisciplinar (TRATADO..., 1992).

O novo milênio, com sua evolução científica e tecnológica, ainda é assombrado com a degradação de séculos de exploração da natureza e do homem; o sistema capitalista alarga as diferenças entre grupos na sociedade: uns consomem sem limites, enquanto a maioria por vezes não satisfazem necessidades básicas para sua sobrevivência. A extrema pobreza, não diferente da riqueza influenciam na degradação ambiental. Para proporcionar mudanças que resultem em uma nova sociedade, justa socialmente, ecologicamente equilibrada e viável financeiramente e livre da fome, sendo esta indispensável para o desenvolvimento sustentável, a ONU em 2015, na cidade de Nova Iorque, criou um plano global de ações denominado “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, no qual apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 160 metas, sugerindo a erradicação da fome e uma vida digna para todos face aos limites do planeta.

Uma educação para o meio ambiente é formalizada na meta 4.7, do objetivo “4 - Educação de Qualidade” dos ODS sugerindo e especificando:

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (AGENDA 2030, 2015 p. 1)

A educação ambiental está na legislação brasileira desde 1988 na própria Constituição Federal, art. 225, VI. Nesse artigo propõe seu desenvolvimento em todos os níveis de ensino, e com isso, procura sensibilizar a população para rever suas atitudes em relação à natureza (BRASIL, 1988).

Em 1994, a fim de instrumentalizar os educadores ambientais, bem como a sociedade em geral, a Presidência da República cria o Programa Nacional de Educação Ambiental

(ProNEA). Sua justificativa está alicerçada diante da emergência que o Brasil tem em resolver o comportamento de sua população, promovendo condições para a manutenção do meio ambiente (ProNEA, 2005). Dentre os objetivos do ProNEA, está o de “fomentar a transversalidade por meio da internalização e difusão da dimensão ambiental nos projetos, governamentais e não-governamentais, de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida” (ProNEA, 2005, p. 39). As linhas de ação, especificamente a que trata da inclusão da EA nas instituições de ensino, deve ser empreendida pela gestão escolar, assim, promovendo a integração das disciplinas (ProNEA, 2005).

Para uma maior abrangência legal da educação ambiental nacional, em 1999 foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), lei nº 9.795/99. A PNEA caracteriza a prática de EA como processo contínuo e indispensável, para a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1999). A política corrobora outras indicações na história da educação ambiental para sua disseminação em todo os níveis de educação, evidenciando “o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade” (BRASIL, 1999 p. 1). Ainda para uma melhor compreensão dos gestores escolares, educadores ambientais, professores de todas disciplinas e discentes, a lei estabelece em seu art. 10, § 1º que “a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino” (BRASIL, 1999 p. 3)

A emergência de um novo padrão para a educação para as presentes e principalmente futuras gerações, está legalmente instituída. Assim, o Brasil, país em desenvolvimento, está na luta para mudanças de paradigmas que acreditam que o homem é superior à natureza e dela não é dependente.

A EA integra-se aos currículos nacionais em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No art. 26 da referida lei é obrigatório o desenvolvimento de conhecimentos do mundo físico e natural (BRASIL, 1996). Para além de uma visão ingênua que estudos sobre o meio ambiente ainda persistem, no § 7º estabelece que “a integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput” (BRASIL, 1996). Os Parâmetros Curriculares Nacionais sobre Meio Ambiente, coloca à disposição estratégias para a integração da temática ambiental nas instituições de ensino, subsidiando ações dos docentes para a construção de valores, por parte dos alunos, sensíveis à questão da problemática ambiental:

Assim, a grande tarefa da escola é proporcionar um ambiente escolar saudável e coerente com aquilo que ela pretende que seus alunos aprendam, para que possa, de fato, contribuir para a formação da identidade como cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente e capazes de atitudes de proteção e melhoria em relação a ele (BRASIL, 1997 p. 187).

O estado de Pernambuco, com a finalidade de incorporar assertivamente o que a legislação brasileira direciona ao desenvolvimento da EA, através da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), criou em 2015 o Programa de Educação Ambiental PEA/PE. O programa corrobora em seus princípios, objetivos e diretrizes para uma educação ambiental que promova a reflexão sobre a inserção da problemática que aflige o meio ambiente em todos os setores sociais, processo educativo, bem como o estímulo a hábitos, valores e atitudes que contribuam para uma sociedade sustentável (PERNAMBUCO, 2015). As linhas de ação da PEA/PE, especificamente a que trata da “Educação ambiental no ensino formal” estabelece “contribuir para a inserção da dimensão ambiental de maneira interdisciplinar e transdisciplinar em todos os níveis de ensino” (PERNAMBUCO, 2015 p. 11). Suas ações consistem em estimular a EA nas instituições de ensino, sensibilizar à comunidade escolar para o desenvolvimento contínuo da prática educacional, bem como o incentivo aos docentes para capacitações em torno da EA, assim melhorando o processo de construção do conhecimento.

Nesse sentido, o principal objetivo da presente pesquisa consistiu em compreender o processo de ensino-aprendizado da temática ambiental numa escola de ensino médio. Adicionalmente, também se procurou verificar quais atividades o docente desenvolve em sua prática didática na sala de aula relacionadas à educação ambiental, bem como se o seu discurso em sala de aula se reflete na prática diária extraclasse, além de identificar se existem projetos interdisciplinares de educação ambiental que envolvem alunos e docentes.

## **2 METODOLOGIA**

A presente pesquisa está classificada, conforme sugere Zanella (2009) *apud* Calado (2012) da seguinte forma: quanto aos objetivos, tratou-se de uma pesquisa descritiva, uma vez que procurou retratar uma realidade concreta e, quanto aos instrumentos de coleta de dados, um estudo de caso e um estudo de campo, porquanto tomou-se uma unidade de ensino como objeto de pesquisa, sendo essa o local de realização do estudo.

Treze docentes que lecionam no 3º ano e duzentos e trinta e um alunos que estudam nesse mesmo ano formaram o universo de pesquisa. O estudo realizou-se com uma amostra desse universo, selecionada da seguinte forma:

- Onze docentes presentes no dia da pesquisa, representando 85% do universo;
- Cinquenta e um alunos que se dispuseram a responder ao questionário, representando 22% do universo.

Para a coleta de dados foram utilizados dois instrumentos: a entrevista e o questionário. A entrevista foi utilizada para colher os dados da diretoria da Escola de Referência em Ensino Médio Santa Ana, localizada em Jardim Atlântico, Olinda, e o questionário, aplicado em dois modelos específicos, direcionados ao grupo que atua no último ano do ensino médio– um voltado para o corpo docente (onze professores) e outro para os alunos (cinquenta e um discentes), presentes no dia da pesquisa.

Os dados foram tratados utilizando o Excel 2010 que, automaticamente, gerou os gráficos necessários à análise dos resultados, conforme se explicita no item seguinte.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

No final de setembro, com conhecimento e aquiescência da direção da escola, iniciou-se o processo de pesquisa, mediante a aplicação dos instrumentos de coleta de dados – entrevista com a diretora, cujo resumo do conteúdo consta do Quadro 1 abaixo, aplicação de questionário com o corpo docente e com os alunos, conforme anteriormente já mencionado.

#### **3.1 Educação Ambiental: da teoria dos primeiros períodos à prática em um projeto institucional**

Na entrevista com diretora, três abordagens procuraram conduzir as suas respostas, de modo que atendessem os objetivos da pesquisa: de que forma a educação ambiental é trabalhada na escola, turmas com maior foco da educação ambiental, e a existência ou não de projetos que inerentes ao tema, a serem conduzidos por todos os docentes.

**Quadro 1 – Entrevista Concedida Pela Diretora Da Escola  
Em 29/Set/2018**

ABORDAGENS	RESUMO DA ENTREVISTA
<b>Educação ambiental na escola</b>	A educação ambiental é trabalhada de forma interdisciplinar por toda a escola; os professores em suas aulas abordam a temática ambiental. No ano de 2017, por meio das disciplinas eletivas, foram trabalhadas práticas de educação ambiental com todas as turmas: foram desenvolvidas ações que de uma forma dinâmica trataram sobre horta, reciclagem e jardinagem.
<b>Turmas em que há maior foco sobre educação ambiental</b>	Por definição da Secretária de Educação do Estado, em 2018 as disciplinas eletivas na escola foram restringidas apenas aos alunos do 1º ano, com isso, práticas de educação ambiental na escola são desenvolvidas apenas por esse público. Restando aos alunos do 2º e 3º as abordagens em sala.
<b>Projeto que aborda a temática ambiental envolvendo todos os alunos</b>	A Gincana Interdisciplinar Santa Ana (GISA) faz com que os alunos atuem no ambiente externo retirando materiais recicláveis das ruas ou trazendo de suas próprias casas (latas de alumínio, garrafas PET), a fim de possibilitar um descarte correto dos resíduos; além de enfatizar a conscientização dos alunos na utilização de copos descartáveis na escola nos horários das refeições.

Fonte: Dados da pesquisa

Da entrevista com a diretora da escola, pôde-se concluir que a educação ambiental é um tema transversal. Porém, nesse ano de 2018, por orientação da Secretaria da Educação, a prática da educação ambiental foi efetivada nos primeiros anos, através de disciplinas eletivas. No entanto, a própria escola desenvolve um projeto – a GISA (Gincana Interdisciplinar Santa Ana) – que contempla essa temática e envolve todos os alunos de todos os anos.

### 3.2 A Temática na Visão dos Docentes: do compromisso ao incentivo à participação dos alunos

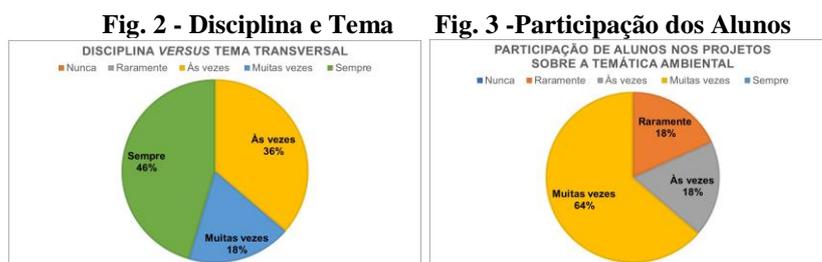
Onze, de um total de treze docentes da escola que lecionam no terceiro ano do ensino médio responderam ao questionário de pesquisa. Esses docentes, em sua maioria, possuem especialização ou cursos de pós-graduação *stricto sensu* (64%), o que demonstra o alto nível de preparo da equipe (Ver figura 1), formada, também em sua maioria, por docentes do sexo masculino (64%). Além disso, todos os pesquisados possuem mais oito anos de atividades docentes.

**Fig.1 – Escolaridade dos Docentes**



Fonte: Dados da pesquisa

Quando perguntados sobre a eficácia de ensinar educação ambiental como tema transversal, em função da disciplina que leciona, 46% responderam que “sempre ocorre”, embora 36% disseram que isso ocorre “às vezes” (ver figuras 2 e 3). Um fato relevante diz respeito à participação dos alunos. De acordo com os docentes, a adesão às atividades da disciplina relacionadas à educacional ambiental e nos projetos institucionais, gira em torno de 82%.



Fonte: Dados da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa

Por fim, o compromisso e o nível de incentivo dos docentes aos seus alunos em participarem de atividades e projetos de educação ambiental, podem ser resumidos nos seguintes depoimentos, expressos em espaço próprio no questionário de pesquisa:

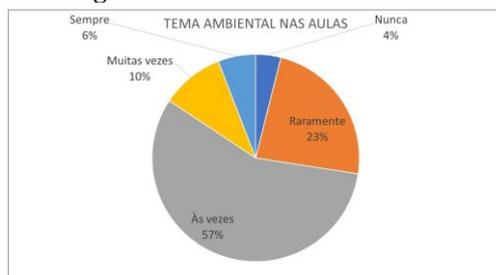
- Docente 1: *Devemos sensibilizar os alunos em relação uso de copos descartáveis nos horários de refeição.*
- Docente 2: *Tema sugestivo para conscientizar os jovens em relação ao "evitar", "reduzir" e "preservar".*
- Docente 3: *Para o desenvolvimento dessa temática seria por meio de um aprofundamento tanto teórico quanto prático.*

### 3.3 A Temática na Visão dos Alunos: uma luz no fim do túnel

Os alunos envolvidos na pesquisa indicaram, em sua maioria (57%) – ver figura 4, que não identificam, em sala de aula, a abordagem da educação ambiental, enquanto que grande parte deles também disse que não reconhece, nos exercícios propostos pelos docentes, em suas disciplinas, o tratamento da abordagem da educação ambiental (53%) – ver fig. 5.

Provavelmente isso se deve ao fato de que, no terceiro ano, a abordagem da educação ambiental ocorre de modo transversal, significando que nem sempre, em alguns conteúdos isso se torna um pouco difícil – fato também sinalizado na pesquisa com os docentes.

**Fig. 4 - Tema nas Aulas**



Fonte: Dados da pesquisa

**Fig. 5 - Tema em Atividades**



Fonte: Dados da pesquisa

Na ótica dos alunos, deveria existir uma quantidade maior de projetos envolvendo o tema da educação ambiental. No entanto, provavelmente como reflexo das discussões sobre o tema, muitos alunos afirmam exercer, fora da sala de aula, práticas diárias sustentáveis, como apagar as luzes em cômodos (de sua casa) em que não haja ninguém (38%), controlar o desperdício de água (36%) e facilitar o transporte do lixo (17%) – ver figura 6.

**Fig. 6 – Práticas Sustentáveis**



Fonte: Dados da pesquisa

Por fim, vale destacar o que disseram alguns alunos sobre educação ambiental, em depoimentos expressos em espaço próprio no questionário de pesquisa:

- Aluno 1: *Deveríamos dar mais atenção à coleta seletiva na escola.*
- Aluno 2: *A escola deveria incentivar debates a fim de circular informações entre os alunos (sobre a temática).*

- Aluno 3: *Criar, na escola, mais de projetos de sustentabilidade ambiental com os alunos.*
- Aluno 4: *Sugerir à gestão da escola formas de conscientizar os alunos sobre a temática ambiental.*

#### 4 CONCLUSÃO

A pesquisa demonstrou que a temática de educação ambiental é uma preocupação de todos que formam a comunidade escolar – diretoria, docentes e alunos. No entanto, as visões sobre a temática divergem entre a comunidade escolar.

Os alunos do terceiro ano, descrevem a falta de continuidade das práticas de educação ambiental, ficando restrita apenas aos conteúdos ministrados pelos professores em sala e atividades na GISA.

Os professores, por outro lado, afirmam a dificuldade em contextualizar a educação ambiental à sua disciplina, assim, implicando em uma deficiência no atendimento às legislações específicas que promovem a transversalidade no ensino formal.

A gestão da escola, reconhece a dificuldade em manter a educação ambiental como um processo contínuo. Contudo, acredita que as atividades em sala, atividades externas, bem como a própria GISA, que envolvem alunos e professores, proporcionem um ambiente fértil para projetos e programas que desenvolvam de forma eficaz a educação ambiental.

#### REFERÊNCIAS

AGENDA 21. (1995). Disponível em <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>> Acesso em 7 set. 2018

AGENDA 2030. (2015). Objetivo 4 – Educação de Qualidade. Disponível em <<http://www.agenda2030.com.br/ods/4/>> Acesso em 8 set. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 7 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.795/99**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/CCIVil\\_03/LEIS/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/LEIS/L9795.htm)> Acesso em: 7 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394/96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)> Acesso em: 6 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CALADO, M.A.F. **Metodologia da pesquisa científica na prática**. Olinda: Livro Rápido, 2012.

PERNAMBUCO. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Programa de Educação Ambiental de Pernambuco - PEA/PE** / Semas – Recife, 2015.

PRONEA. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. – 3. Ed – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL. (1992). Disponível em <[http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/Tratado\\_Educacao\\_Ambiental.pdf](http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/Tratado_Educacao_Ambiental.pdf)> Acesso em 05 set. 2018

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. (1998). Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>> Acesso em 6 jun. 2018.